

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                             |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Estado de S. Paulo .....</b>                                                    | <b>2</b>  |
| <b>Título: Energia no novo governo .....</b>                                                | <b>2</b>  |
| Título: Estrangeiros detêm um Rio de Janeiro em terras no País .....                        | 4         |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                     | <b>6</b>  |
| Título: Procuradoria apura suspeita de perda bilionária em acerto de Aneel e elétrica ..... | 6         |
| Título: Itaipu deverá pagar quase R\$ 1 bilhão por 2 pontes entre Brasil e Paraguai .....   | 9         |
| Título: Bolsonaro e a democracia digital .....                                              | 11        |
| Título: Ideia de para-choque .....                                                          | 13        |
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                               | <b>14</b> |
| Título: Preço da gasolina cai, em média, 4,1% nos postos .....                              | 14        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                                       | <b>15</b> |
| Título: BNDES adia leilão da Ceal para 28 de dezembro .....                                 | 15        |
| Título: Ativos encalhados e o petróleo do pré-sal .....                                     | 16        |
| Título: Entidades questionam prazo de consulta do MME .....                                 | 19        |
| Título: Destaques - Empresas .....                                                          | 21        |
| Título: Falta de eficiência abre espaço para Indra no país .....                            | 22        |
| Título: Destaques - Finanças .....                                                          | 23        |
| Título: Para analistas, atividade iniciou o 4º trimestre com pequena queda .....            | 25        |
| Título: Félix pode ir do MME para estatal capixaba de gás .....                             | 26        |
| Título: AES Tietê contrata bancos para oferta .....                                         | 28        |
| Título: Em fim de mandato, Temer corre o risco de ser denunciado pela 3ª vez .....          | 29        |
| Título: Fim do foro privilegiado afetará três ministros .....                               | 31        |

**VEÍCULO:** Estado de S. Paulo**Data:** 17/12/2018**Seção:** Espaço Aberto**Autor:** José Goldemberg**Título:** Energia no novo governo

Entre os muitos desafios e tarefas urgentes do novo governo federal está o equacionamento do setor de energia, principalmente o da energia elétrica, um dos que foram mais atingidos pela incompetência do governo de Dilma Rousseff. Além disso, temos agora um ativismo tardio do ministro de Minas e energia, **Moreira Franco**, que pode atrapalhar. Esse setor foi objeto de poucos debates e propostas no período eleitoral, exceto pelo então candidato Jair Bolsonaro, que articulou algumas ideias e propostas. Eleito presidente da República, elas merecem melhor análise.

Os problemas mais urgentes da área de energia estão no setor elétrico, porque o preço da eletricidade é determinado pelo que fazemos aqui, no País. Esse não é o caso do petróleo, cujo preço é determinado pelos grandes produtores internacionais – principalmente a Opep – e há pouco que possamos fazer a esse respeito. No caso da eletricidade, porém, erros ou acertos do governo federal são fundamentais para a fixação do custo da eletricidade, que afeta diretamente todos os consumidores e é uma das principais causas da inflação. O setor de petróleo vai relativamente bem no País depois da retomada dos leilões, no governo Michel Temer, para a exploração do pré-sal com a participação de empresas estrangeiras, que trazem capital e tecnologia e dividem os riscos com a Petrobrás.

O País já é autossuficiente na produção de petróleo bruto e o gargalo está no refino, que é insuficiente e obriga a Petrobrás a importar gasolina e óleo diesel, com uma engenharia financeira complicada. O que parece claro no caso da Petrobrás é que ela deveria desfazer-se de atividades que não dizem respeito à produção de petróleo e deixar atividades comerciais como postos de gasolina, petroquímica e outros nas mãos da iniciativa privada. A expansão da capacidade de refino poderia ser objeto de parcerias. Essa é a essência do que se pode chamar interesse estratégico na área de petróleo e foi a razão da criação da Petrobrás, há mais de 50 anos. Já no setor elétrico há problemas sérios.

Distribuidoras de energia elétrica basicamente compram das geradoras a eletricidade por atacado e a vendem no varejo. A distribuição não necessita da presença do Estado e a privatização que o governo Fernando Henrique Cardoso fez de diversas empresas na década dos 90 foi um sucesso e deveria completar-se com urgência, liberando a Eletrobrás da carga pesadíssima das distribuidoras

do Norte e Nordeste, que são inviáveis. O problema é a geração de energia. O papel do governo no passado foi fazer os grandes investimentos na produção de energia elétrica que o setor privado não tinha condições ou interesse em fazer.

A Eletrobrás e as estatais estaduais, como Cesp, Cemig, Copel e outras, construíram as magníficas usinas hidrelétricas com tecnologia local e são hoje a espinha dorsal do sistema elétrico brasileiro. Ao longo do tempo uma rede de transmissão interligou o Brasil todo e garantiu a segurança energética do País. Quem entendeu bem isso foi o presidente Ernesto Geisel e retornar à regionalização da produção para atender a interesses locais, como advoga Moreira Franco, é claramente um retrocesso. O Chile, que não tem até hoje um sistema interligado, sofre duramente com interrupções no fornecimento de eletricidade, dependendo do regime de chuvas no norte ou no sul do país.

Quanto ao futuro, existe ainda a possibilidade de expandir o sistema hidrelétrico durante 10 a 20 anos pelo menos, boa parte dele na Amazônia. A contribuição das novas energias renováveis (eólica e solar) é mais do que bem-vinda, mas elas são intermitentes e reservatórios de energia são indispensáveis para garantir a estabilidade e segurança do sistema. Para isso nada melhor do que os reservatórios das usinas hidrelétricas. Acreditar que baterias elétricas o farão é quimera. É por essa razão que os reservatórios das grandes usinas hidrelétricas não podem ser abandonados. O que cabe é uma análise do conjunto dos seus impactos, e não apenas os impactos daqueles que são afetados pelos reservatórios.

A ênfase posta nos impactos locais negativos – que é real em muitos casos – precisa ser balanceada com os impactos positivos para a população que é servida pela energia produzida. Essencial é atender e apoiar as populações atingidas e a experiência do passado em muitos casos mostra que é possível. Usinas térmicas a gás e nucleares podem ajudar, mas têm custos mais elevados e são acompanhadas de problemas ambientais, como as emissões de carbono, no caso das térmicas, e os problemas bem conhecidos no caso da energia nuclear. A recente análise do Ministério da Fazenda sobre os elevadíssimos custos necessários para concluir Angra 3 deveria ser ponderada com cuidado pelo novo governo, antes de decidir pelo prosseguimento das obras necessárias.

Reabrir a discussão sobre privatizações, agora, não faz sentido. O que faz sentido é manter nas mãos do governo federal a capacidade de planejamento e de tornar viáveis os projetos que a iniciativa privada não consegue realizar. energia elétrica não é como petróleo, que pode ser importado e exportado. Ela é produzida aqui, no País, e a presença de capitais privados nacionais ou estrangeiros não põe em risco a segurança energética. Empresas de petróleo podem decidir abandonar um país, como ocorre às vezes em outros países.

Mas empresas de energia elétrica não podem levar embora suas usinas e linhas de transmissão. No passado, empréstimos do Banco Mundial eram essenciais para a realização de grandes obras nessa área, mas hoje existe uma enorme disponibilidade de recursos no mundo que assumiram essa função, desde que o governo estabeleça um quadro jurídico claro e estável. É disso que precisamos.

**VEÍCULO:** Estado de S. Paulo

**Data:** 17/12/2018

**Seção:** Economia

**Autor:** André Borges

**Título:** Estrangeiros detêm um Rio de Janeiro em terras no País

Levantamento mostra que, apesar da desconfiança demonstrada por Bolsonaro em relação aos chineses, eles têm fatia pequena

As declarações feitas pelo presidente eleito Jair Bolsonaro de que haveria necessidade de frear o avanço chinês sobre “nossas terras agricultáveis”, porque “a segurança alimentar do País está em risco”, estão longe de refletir a realidade fundiária do Brasil. Levantamento realizado pelo ‘Estado’ por meio de dados oficiais do governo federal mostra que a China tem atuação quase irrelevante quando o assunto é comprar ou arrendar terras para produzir no País.

Na prática, na verdade, a venda de terras para estrangeiros está praticamente estagnada desde 2010, por conta das duras regras vigentes sobre esse tema. A flexibilização dessas regras é, até, uma demanda do próprio agronegócio que apoia Bolsonaro: os produtores querem abrir a porteira para entrada de investidores internacionais, o que não ocorre hoje.

Existem hoje no País 28.323 propriedades de terra em nome de estrangeiros. Juntas, essas áreas somam 3,617 milhões de hectares. Seria o mesmo que dizer que, atualmente, uma área do território nacional quase equivalente à do Estado do Rio de Janeiro está nas mãos de estrangeiros.

Desse total, 1,293 milhão de hectares está em nome de pessoas físicas, enquanto os demais 2,324 milhões de hectares aparecem em nome de empresas. A presença internacional é notada em 3.205 municípios, ou seja, o investidor estrangeiro já está presente em 60% dos municípios do Brasil.

Os números vêm de um cruzamento de informações feito pelo Estado a partir do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), banco de dados administrado pelo Incra, órgão responsável pelo controle da aquisição e do arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil.

Foram obtidas informações sobre as áreas compradas ou arrendadas, localização, quem são os donos internacionais dessa terra e para que a utilizam. O balanço foi validado e enviado à reportagem pela Divisão de Fiscalização e de Controle das Aquisições por Estrangeiros do Incra. Não é a China, mas sim o Japão, por exemplo, um dos grandes compradores internacionais de terras brasileiras.

Entre as mais de 28 mil áreas declaradas por donos estrangeiros, 6.912 estão em nome de japoneses. Ou seja, de cada 5 áreas, uma está em nome dos japoneses. Em termos da área ocupada total, porém, essa participação japonesa é menor, com 368.873 hectares, 10% do total. Países como Portugal, Espanha, Alemanha, Holanda, EUA, Argentina e Líbano lideram o mapa das terras de estrangeiros.

Os chineses surgem no balanço com apenas 664 propriedades no País, somando 10.126 hectares. Os dados do Incra guardam algumas imprecisões, uma vez que, até 2015, os registros de terras limitavam-se a ser um ato declaratório do dono. Alguns registros mais antigos não apontam o país de origem do investidor ou a área total da posse, por exemplo.

Isso indica que a área ocupada por estrangeiros tende a ser maior. Nos últimos anos, o Incra tem pressionado os proprietários para atualizarem suas informações.

Avaliação.

As conclusões do mapeamento não surpreendem especialistas. “O chinês nunca foi um comprador ativo de terras no Brasil. O foco do investidor chinês está em energia elétrica, em concessões de infraestrutura, mas não vemos muita ação em aquisição de terra”, diz Márcio Perin, coordenador da área de terras da consultoria Informa Economics IEG/FNP, especializada no agronegócio.

Para o analista da consultoria em commodities agrícolas ARC Mercosul, Tarso Veloso, baseada em Chicago (EUA), o investidor estrangeiro, em especial o americano, teria interesse em investir em terras no Brasil, mas tem enfrentado dificuldades. “A falta de uma legislação mais aberta evita que muitos deles optem por ter um parceiro brasileiro, o que reduz os aportes.”

A entrada de chineses ou não nas terras brasileiras está travada por conta de um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), de 2010, ano em que a

empresa Chongqing Grain Group, da China, chegou a anunciar planos para aplicar US\$ 300 milhões na compra de 100 mil hectares no oeste da Bahia, para produzir soja.

Para evitar a “invasão estrangeira” no País, a AGU decidiu restabelecer restrições de compra e arrendamento, proibindo que grupos internacionais obtenham o controle de propriedades agrícolas no País.

No ano passado, o governo de Michel Temer tentou avançar com uma proposta de liberação das terras para estrangeiros. O projeto de lei previa que o investidor estrangeiro poderia comprar até 100 mil hectares de terra para produção, podendo ainda arrendar outros 100 mil hectares.

Esse projeto, no entanto, está parado no Congresso. O tema é polêmico e divide opiniões. Até 1998, uma lei de 1971 permitia que empresas estrangeiras com sede no Brasil comprassem terras no País. Naquele ano, a AGU interpretou que empresas nacionais e estrangeiras não poderiam ser tratadas de maneira diferente e, por isso, liberou a compra.

Em 2010, a AGU mudou de posicionamento, restabelecendo o entendimento original.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 17/12/2018

**Seção:** Mercado

**Autor:** Tais Hirata e Wálter Nunes

**Título:** Procuradoria apura suspeita de perda bilionária em acerto de Aneel e elétrica

Companhia Eneva, que era a MPX, de Eike, atrasou em dois anos entrega de usina térmica

São Paulo- O Ministério Público Federal abriu um inquérito para analisar um acordo firmado entre a Aneel (Agência Nacional de energia Elétrica) e a Eneva (ex-MPX, de Eike Batista), que pode ter provocado um aumento de bilhões na conta de luz dos consumidores.

O acordo —um TAC (Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta)— foi firmado no fim de 2014.

O motivo foi um atraso por parte da companhia para entregar uma usina termelétrica no Maranhão, que deveria ter ficado pronta no início daquele ano.

A usina havia sido contratada em 2011 por distribuidoras de todo o país, que firmaram contrato para comprar energia do futuro empreendimento, cujo custo era excepcionalmente baixo.

No entanto, em março de 2014, quando a usina deveria começar a entregar energia, ela não estava pronta.

As obras estavam praticamente concluídas, mas a Eneva não conseguiu garantir o fornecimento de gás natural necessário para a geração.

Pela regra, quando uma empresa atrasa a entrega de uma usina, é de sua responsabilidade arcar com os custos adicionais que as distribuidoras têm para substituir a energia.

Esses custos ocorrem porque as empresas precisam comprar energia de outras fontes, no chamado mercado de curto prazo —cujos preços são mais volúveis e variam mês a mês. Àquela época, esse preço estava altíssimo.

A Eneva, que pela regra deveria arcar com o custo, afirmou que não tinha condições e propôs o acordo —que adiou o prazo de entrega da usina de março de 2014 para julho de 2016.

Na prática, o atraso jogou a conta para as distribuidoras e, por conseqüência, à conta de luz dos consumidores.

Como contrapartida, a companhia teve de abrir mão de R\$ 344 milhões de sua receita total, por via de descontos que seriam concedidos a partir de 2022 na tarifa. Ou seja, a empresa pagará, ao fim do contrato, R\$ 344 milhões aos consumidores para compensar o atraso.

O impacto à conta de luz, porém, teria sido muito maior, segundo apelação que deu origem à investigação da procuradoria, ainda em curso.

Esse custo adicional foi de R\$ 1,9 bilhão, segundo cálculo da Aneel, que somou o total gasto pelas distribuidoras no período e descontou o valor que teria sido pago à Eneva caso ela tivesse entregue o empreendimento no prazo.

O autor da petição que deu início às investigações é um consumidor residencial chamado Randus Dias da Fonseca —empresário, residente em Pinheiros (zona oeste de São Paulo).

Além de questionar o repasse à conta de luz, Fonseca diz que o TAC é ilegal.

Ele alega que os termos de ajuste têm como finalidade trocar uma multa por uma adequação da conduta dos agentes às disposições legais.

No caso do TAC com a Eneva, o acordo teria apenas eximido a empresa de suas obrigações, segundo ele.

O autor pede a anulação do TAC e que a Eneva arque com os custos repassados aos consumidores com o acordo.

Procurada, a Eneva afirmou que ainda não foi notificada sobre o inquérito.

A Aneel nega que o consumidor tenha sido prejudicado. Diz que, à época, traçou diversos cenários por meio de estudos técnicos e concluiu que a assinatura do TAC seria a opção mais econômica.

A agência argumenta que, apesar do R\$ 1,9 bilhão repassado aos consumidores, o impacto seria ainda maior caso o acordo não fosse firmado e a empresa decidisse romper o contrato. Neste caso, uma nova usina teria de ser contratada, com um prazo de construção de mais três anos.

Além disso, afirma que, caso a agência optasse por cobrar o valor devido pela Eneva, a empresa provavelmente daria início a uma disputa judicial longa, que o órgão preferiu evitar.

Também destaca que a Procuradoria Federal, à época, opinou favoravelmente à formalização do TAC.

A Aneel também rebate a crítica de que o acordo seria ilegal: diz que ele cumpriu seu objetivo de ajustar a conduta da empresa, que, no caso, seria a própria geração da energia —o que ocorreu de fato, apesar do atraso de dois anos.

Um especialista do setor, que prefere não se identificar, avalia que a agência poderia ter feito uma negociação mais favorável ao consumidor e cobrado mais da companhia.

Segundo ele, a empresa dificilmente optaria por romper o contrato, porque, neste caso, teria de pagar uma multa e ressarcir as distribuidoras pelos meses de atraso, até a data da rescisão. Além disso, o investimento na usina já havia sido feito.

Outro especialista consultado pela reportagem afirma que, no processo, a Aneel correu um risco alto e expôs o consumidor de energia.

À época, o TAC fora aprovado por unanimidade pelos cinco diretores da Aneel. A relatoria do processo foi de André Pepitone, então diretor e atual diretor-geral da agência.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 17/12/2018

**Seção:** Mercado

**Autor:** Tais Hirata

**Título:** Itaipu deverá pagar quase R\$ 1 bilhão por 2 pontes entre Brasil e Paraguai

Obras de infraestrutura no Paraná e MS são pleito de políticos locais e podem onerar conta de luz

São Paulo- A construção de duas pontes entre Brasil e Paraguai, que poderá ser arcada por Itaipu, deverá ter um valor ainda maior do que o previsto e chegar a quase R\$ 1 bilhão.

A conta das obras foi estimada pela empresa em US\$ 170 milhões (R\$ 664 milhões), que seriam pagos pela usina hidrelétrica até 2022.

O valor, porém, também deverá conter outros US\$ 70 milhões (R\$ 274 milhões), referentes a obras complementares e a desapropriação dos terrenos onde as duas pontes poderão ser construídas.

Com isso, a conta que Itaipu deverá herdar chegaria a aproximadamente US\$ 240 milhões (R\$ 938 milhões).

A Itaipu afirmou, por meio de assessoria de imprensa, que ainda "não há nada confirmado" sobre os valores e que parte da área que será desapropriada é da União, o que reduziria o custo.

Conforme antecipou a Folha, há uma pressão política de governos locais para que a hidrelétrica arque com os empreendimentos, o que é questionado por especialistas do setor elétrico.

Há temor de que os dois projetos de infraestrutura viária onerem a conta de luz, já que Itaipu é bancada pela chamada tarifa custo —ou seja, todas as suas despesas são repassadas à tarifa de energia.

Os defensores das pontes argumentam que a tarifa de Itaipu está congelada há anos, em dólar, e a empresa garante que ela não será reajustada, pois cortes em outras áreas vão compensar um eventual aumento de gastos com as obras.

No entanto, especialistas do setor de energia, críticos à proposta, questionam que, se pode haver cortes nas despesas, melhor seria reduzir a tarifa dos consumidores.

Também ressaltam que é preciso ter cautela com a aprovação dos empreendimentos financiados por Itaipu.

Uma delas, projeto mais antigo, até se encaixa na definição. Ela ligaria Foz do Iguaçu à cidade paraguaia de Presidente Franco, vizinha a Ciudad del Este, passando pelo rio Paraná. Seria uma espécie de segunda ponte da Amizade, que hoje está congestionada.

A outra ponte, no entanto, um projeto mais recente, sairia de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul, sobre o rio Paraguai. A cidade, localizada a aproximadamente 800 quilômetros da usina de Itaipu, será ligada ao município paraguaio de Carmelo Peralta, no nordeste do país.

Um especialista do setor questiona por que essa segunda ponte é considerada uma área de influência da hidrelétrica e diz que a obra abre precedente para que outros empreendimentos sem ligação com Itaipu sejam financiados pela usina.

Técnicos do setor, que falaram sob a condição de não terem os nomes divulgados, afirmam ainda que não há eficiência financeira no uso de recursos de Itaipu Binacional para obras.

A medida, no fim, argumentam, encarece a construção das pontes, porque vincula o pagamento dos empreendimentos à tarifa de energia, sobre a qual incidem impostos e encargos setoriais —que, na prática, passariam a incidir também sobre o custo dos empreendimentos.

Cerca de 40% da conta de luz dos brasileiros corresponde a tributos e encargos setoriais.

A empresa, porém, destaca os benefícios da iniciativa. "Com a construção das pontes, a usina de Itaipu investiria em duas importantes obras de infraestrutura, consideradas fundamentais e estruturantes para os países, o que viria a facilitar o comércio e a segurança na região de fronteira", afirmou Itaipu, em nota.

"Vale lembrar que Itaipu tem um compromisso histórico com a região, principalmente em relação à área alagada", diz a empresa, que também afirma

que o financiamento das pontes pela usina "iria desonerar o Tesouro, sem nenhum custo adicional para o consumidor de energia".

No Paraguai, esses investimentos feitos por Itaipu têm um peso forte, e a empresa assume um papel semelhante ao de um ministério, segundo uma pessoa familiarizada com a operação da usina.

Os recursos da companhia têm viabilizado não apenas obras, mas também eventos culturais.

Neste ano, por exemplo, Itaipu Binacional vai desembolsar cerca de R\$ 1 milhão para custear festa de fim de ano de Foz do Iguaçu. A programação inclui mais de 200 atrações, ao longo de 40 dias.

Um dos pontos altos da agenda é um show do cantor Michel Teló, paranaense da cidade de Medianeira, localizada a menos de 60 quilômetros de Foz do Iguaçu.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 17/12/2018

**Seção:** Tendências e Debates

**Autor:** Gaudêncio Torquato

**Título:** Bolsonaro e a democracia digital

Estratégia será boa se feita não por 'raiva' da mídia

Jornalista, professor titular da USP e consultor político

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, dá sinais de que vai instalar a era da "democracia digital". Os quadros de seu ministério foram anunciados pelas redes sociais. Não se sabe até quando essa disposição terá duração, mas o fato é que, à maneira do presidente Donald Trump, o capitão reformado se inclina a construir um processo de comunicação com a sociedade a partir da internet.

Trata-se de uma estratégia que revela as restrições que o grupo vitorioso faz à mídia clássica, assim retratada pelo vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão: "aquele processo antigo de comunicação, via filmetes, propagandas tradicionais, será abandonado... a mídia digital é o método fundamental para conseguirmos nos comunicar, muito mais que essas propagandas que gastam rios de dinheiro".

A gastança com publicidade governamental pode ter seus dias mais controlados. Os governos têm despendido cifras gigantescas para propagar feitos das empresas estatais, a começar por três pilares de visibilidade: Banco do Brasil, Caixa Econômica e Petrobras.

A par dos produtos para consumo de massa, esses baluartes da comunicação fornecem apoio a empreendimentos nos campos dos esportes, das artes e do entretenimento, além de campanhas de utilidade pública. O próprio governo central faz campanhas propagando seus méritos.

Poderia o governo acabar com a comunicação no rádio, TV e mídia impressa? Não. Poderia, isso sim, diminuir a publicidade de suas empresas. Isso sim. Não extingui-la. Vamos às razões. Primeiro, lembre-se que, apesar das 116 milhões de pessoas conectadas à internet — 64,7% de toda a população, segundo dados do IBGE de 2016 —, as margens continuam distanciadas da tecnologia da informação.

Interessa a qualquer governo inserir as massas no circuito de comunicação, mais ainda pelo fato de que é a grande mídia — TV e rádio — que chega aos fundões. Deixá-las fora do processo seria um erro. Não se quer diminuir a importância da mídia digital, que encarna o escopo de inovação e tende a ser cada vez mais acessada por usuários. A ideia é a de usar todos os meios de comunicação disponíveis, sob uma equação que combine conteúdos, públicos-alvo e horários de audiência.

A disposição do presidente eleito de adotar a democracia digital é saudável. Mas não pode fazer isso por “indignação”, “raiva” acumulada por acidentes na campanha, particularmente no campo das fake news.

Visões contrárias fazem bem às democracias e não devem motivar retaliação. Alei de visibilidade recomenda que produtos, bens, valores, instituições sejam divulgados a seus públicos-alvo sob critérios de razoabilidade, oportunidade e relação custo-benefício.

Nos EUA, Trump usa o Twitter para manifestar sua visão. Mas destila ódio aos meios de comunicação. A exceção é para uma rede de comunicação que apoia o governo. Será ruim para sua imagem esticar a querela com a mídia.

Esses aspectos devem ser avaliados por Bolsonaro e seu entorno. Eliminar bolsões da grande mídia poderá custar caro ao novo governo. Controlar as máquinas publicitárias das estatais e pôr um freio aos exageros da comunicação institucional, esses são os caminhos a seguir. Nem lá, nem cá. O importante é adotar transparência, atender às legítimas demandas das mídias — principalmente pedidos de entrevistas —, e não negar os princípios da

comunicação nas democracias: o culto à verdade, o respeito à liberdade da imprensa, o convívio com os contrários.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 17/12/2018

**Seção:** Editorial

**Autor:**

**Título:** Ideia de para-choque

Adotados neste ano para encerrar a paralisação dos caminhoneiros, subsídio ao diesel e tabela do frete são insustentáveis e desafiam novo governo

Na lista de temas espinhosos que o novo governo precisará enfrentar, um dos mais complexos e imediatos é o acordo fechado entre a administração prestes a se encerrar e os caminhoneiros.

A trégua com a categoria, que pôs fim a uma paralisação de efeitos devastadores para a economia, ampara-se em um subsídio ao óleo diesel programado até o final deste ano — cuja renovação, estima-se, custaria mais de R\$ 18 bilhões em 2019 — e uma tabela de preços mínimos para o frete rodoviário.

Já existe uma incerteza quanto ao primeiro dispositivo. Sabe-se que o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe são hostis a subvenções e outras modalidades de intervenção estatal na atividade produtiva.

De sua parte, o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), apoiou o movimento paredista e, ao longo de sua trajetória política, mostrou pendor por pautas corporativas. Não surpreenderá que pressione por novos aportes públicos.

A esdrúxula tabela do frete constitui problema ainda maior, dado que não necessariamente resolve o problema dos ganhos dos caminhoneiros avulsos, de um lado, e encarece o escoamento da produção, de outro. Setores com grande peso parlamentar, como o agronegócio, demandam sua revogação.

A confusão reina também no Judiciário. Num espaço de uma semana, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, derrubou as multas para empresas que descumprem a tabela e voltou atrás por insistência da Advocacia Geral da União — e por causa de pressões de caminhoneiros, que ameaçavam deflagrar nova paralisação.

Na prática, o STF assumiu um papel de negociador político do caso, sem decidir se a fixação de preços mínimos, uma intervenção em domínio estritamente privado, obedece ou não aos ditames legais.

O assunto demanda soluções que se mostrem sustentáveis. Subsídios e tabelamento seguramente não atendem a tal requisito. O segundo ameaça, inclusive, provocar novos desequilíbrios no mercado, pois empresas começam a considerar a aquisição de frotas próprias de caminhões, o que elevaria ainda mais a oferta de transporte.

Os caminhos regulatórios passam por uma revisão do mercado de distribuição de combustíveis, para fomentar a competição.

Convém, em especial, buscar uma tributação menor e um mecanismo de cobrança capaz de reduzir a amplitude das variações de preço — permitir, por exemplo, que, quando a cotação do petróleo subir além de determinado patamar, os impostos, especialmente o ICMS, possam ser proporcionalmente menores.

Nada disso se decide sem amplo debate, sobretudo quando se tem em conta a crise orçamentária da União e dos estados. A certeza é que o remendo atual não poderá durar muito mais tempo.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 17/12/2018

**Seção:** Economia

**Autor:** RAMONA ORDOÑEZ

**Título:** Preço da gasolina cai, em média, 4,1% nos postos

Após queixas de motoristas, pesquisa da ANP mostra leve redução dos valores dos combustíveis nas bombas em todo o país

Após muitas queixas dos consumidores em relação aos repasses da redução do preço dos combustíveis nas refinarias da Petrobras, houve uma pequena queda nas bombas nos últimos dias.

Entre 9 e 15 de dezembro, a gasolina foi vendida no Brasil a um preço médio de R\$ 4,365 o litro, uma redução de 4,15% na comparação com os R\$ 4,554 cobrados na semana de 18 a 24 de novembro, de acordo com a pesquisa semanal de preços dos combustíveis da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O

óleo diesel, cujos subsídios concedidos pelo governo federal desde maio terminam no próximo dia 31, também vem apresentando redução gradual no preço dos postos.

Na última semana, o litro do diesel era vendido, em média, a R\$ 3,524, preço inferior aos R\$3,566 da semana anterior e 3,45% abaixo dos R\$ 3,650 de 18 a 24 de novembro. A média dos preços do etanol na semana passada era de R\$ 2,821 por litro, contra R\$ 2,834 na anterior.

Em relação aos R\$ 2,908 cobrados na semana de 18 a 24 de novembro, os preços atuais são 3% mais baixos. Já o gás natural veicular (GNV) foi vendido a R\$ 3,054 por metro cúbico na semana passada, contra R\$ 3,045 de 18 a 24 de novembro.

O Estado do Rio tem a segunda gasolina mais cara do país, R\$ 4,83, em média. Só perde para o Acre, onde o litro sai a R\$ 4,952. A mais barata é a do Amapá: R\$ 3,935.

#### QUEDA NA CAPITAL

No município do Rio, os preços dos combustíveis também vêm caindo. Na semana passada, a gasolina foi vendida na cidade a um preço médio de R\$ 4,801, 3,32% mais barata que no fim de novembro. O diesel caiu quase 4%, e o etanol, 4,8%, na mesma comparação.

A conclusão de um grupo de trabalho da ANP de que não há impedimento legal para a venda direta de etanol por usinas aos postos vem causando críticas entre distribuidores. Eles alegam que a medida pode dificultar a fiscalização do pagamento de impostos e da qualidade do combustível.

Caso a ANP decida autorizar esse tipo de operação por meio de uma resolução, terá de esperar decisão do Ministério da Fazenda sobre a arrecadação de PIS/ Cofins e ICMS, que hoje é feita pelas distribuidoras.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 17/12/2018**

**Seção: Empresas**

**Autor: Rodrigo Polito**

**Título: BNDES adia leilão da Ceal para 28 de dezembro**

RIO - O leilão de privatização da Ceal, distribuidora da Eletrobras no Alagoas, foi adiado para 28 de dezembro, às 17h, na B3. A concorrência estava prevista para ocorrer na quarta-feira.

Com a alteração, anunciada pelo BNDES, a data para a entrega dos documentos com as propostas para o certame passou desta segunda-feira para 27 de dezembro, de 9h às 12h.

O BNDES não informou os motivos para o adiamento.

A Ceal é a última, e considerada a mais atrativa, das seis distribuidoras da Eletrobras a ser privatizada. A empresa estava prevista para ser leiloadada no início do segundo semestre, mas a privatização da companhia estava impedida por uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski.

Na última sexta-feira, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, disse esperar mais de um interessado pela distribuidora alagoana.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 17/12/2018**

**Seção: Opinião**

**Autor: Guilherme Papaterra e Luiz Dutra**

**Título: Ativos encalhados e o petróleo do pré-sal**

O arranque para uma economia de baixo carbono está no radar de empresas, bancos e seguradoras. Três quartos do carvão, metade do gás e um terço do óleo, guardados nas jazidas conhecidas, não serão aproveitados até 2050, se a intenção for conter o aquecimento global em até 2º C., segundo artigo de Christophe McGlade e Paul Ekins publicado na "Nature" em janeiro de 2015, que tanta reação provocou. No mesmo ano, o Banco Central da Inglaterra chamou a atenção da praça financeira de Londres sobre o risco a que estavam submetidos os investimentos em ativos produtores e distribuidores de energia.

Embora a velocidade seja uma incógnita, a presente mudança é global, de natureza estrutural e a transição já está em curso, com as bases da nova matriz energética postas. Sendo assim, mais cedo ou mais tarde, a questão das jazidas

deixadas de lado, sem lavra, será colocada aos produtores e aos países detentores destes recursos.

Investidores com aplicações de longo prazo, seguradoras, fundos de pensão e de aposentadoria, além dos grandes bancos, sempre se preocuparam com depreciações prematuras, perdas inesperadas, desvalorizações imprevistas, ativos convertidos em passivo abrupta e imponderavelmente. O termo inglês "stranded assets", mal traduzido por nós como "ativos encalhados", foi cunhado para assimilar o risco de se tornarem irrecuperáveis, ou afundados, em razão da desregulamentação e de modificações supervenientes verificadas durante a década de 1980 nos setores de infraestrutura com as privatizações.

A indústria nuclear conhece bem o problema. Após dezembro de 2015 e a assinatura do acordo de Paris, no qual os participantes concordaram em acelerar a transição energética, não foram poucos os alertas e pelo menos duas "supermajors", a Shell e a BP, elaboraram relatórios especiais endereçados aos acionistas (disponíveis nas respectivas páginas eletrônicas). Ambas explicam como planejam manter a criação de valor, diversificar as fontes de receita e, assim, prevenir-se contra as perdas decorrentes de eventuais reservas "encalhadas".

A despeito do grau de incerteza, considerando uma taxa de declínio dos campos de 10% ao ano e o crescimento (vegetativo) da demanda até por volta de 2040 em 0,5% ao ano, estariam asseguradas as condições de sobrevivência dos produtores não situados no Oriente Médio e justificada a continuidade da busca por novas jazidas em substituição àquelas que se esgotam. Justamente na região que abriga as maiores e melhores acumulações do mundo, a ausência de qualquer perspectiva de paz impõe às grandes nações importadoras a continuação do esforço exploratório.

A extrema volatilidade dos preços do barril, a vulnerabilidade dos países exportadores, a fragilidade do acordo atual entre árabes e russos (para regular a produção) e o fato de não existir capacidade ociosa, que compense uma súbita ruptura da oferta, reforçarão o apetite das petroleiras ainda por algum tempo, enquanto mantém a tensão no mercado.

A matriz energética do país permite o pleno aproveitamento do pré-sal sem comprometer metas de redução das emissões

O interesse pelas licitações brasileiras se insere neste contexto. As condições particulares (com descobertas de acumulações de grande porte e elevadíssima

produtividade em ambiente desafiador) reservam a oportunidade somente às maiores empresas. Elas atuam em consórcio sempre, para mitigar riscos e partilhar a despesa de capital. Trata-se da mais nova província produtora no mundo. Fora do Oriente Médio e da África do Norte e juntamente com a Margem Equatorial, não há igual potencial geológico.

As províncias concorrentes contam com uma formação de custo inteiramente distinta (o não convencional americano e argentino, além das areias betuminosas canadenses) enquanto, na Venezuela, política e tecnologia prejudicam o aproveitamento do petróleo pesado. Essas últimas fronteiras não interessam às grandes petroleiras ocidentais. Seja como for, tendo em vista o horizonte de planejamento dos projetos, talvez seja a última oportunidade de lucrar com a extração de óleos situados, coincidência, nas Américas.

Para os países produtores, motivos não faltam para se debruçarem sobre o tema. Campos de O & G operam por décadas. Em terra, o maior campo brasileiro em volume, Carmópolis, produz desde 1963 e, este ano, em média, dele, continuavam a serem extraídos cerca de 10 mil barris por dia de óleo cru de boa qualidade. No pré-sal, as jazidas guardam volumes extraordinários: nas áreas de Marlim e Parque das Baleias, na bacia de Campos, existem pelo menos um bilhão de barris em cada uma delas; na bacia de Santos, no campo de Mero, são 5 bilhões e outros 8 bilhões em Lula.

As áreas do contrato da cessão onerosa (atualmente em discussão no Congresso) podem envolver 15 bilhões de barris. Nas atuais condições de preço e tecnologia, contam-se 35 a 40 bilhões de barris recuperáveis descobertos. Isto sem mencionar o volume do gás natural associado. Além disso, a fronteira aberta em 2007 mal completou 10 anos, por isso, estima-se que ainda guarde o mesmo volume a ser descoberto.

Tardiamente revelada, a abundância é duplamente desafiadora para o novo governo. Evitar a doença holandesa (e consequente desindustrialização), ao mesmo tempo em que administra o arranque de forma a se beneficiar dos próximos 20 a 30 anos de crescimento da procura por petróleo. A posição brasileira é única em razão de uma matriz calcada na hidreletricidade, na biomassa e, na qual o carvão tem presença residual, o que permite o pleno aproveitamento das descobertas, sem comprometer as metas acordadas em Paris para a redução de emissões.

Daqui a 50 anos, tendo como alicerce os imensos depósitos de gás natural e a diversidade das fontes renováveis, a ponte para uma economia de baixo carbono tem tudo para estar solidamente ancorada. Até lá, porém, paradoxo maior será que, após um século de busca incessante o país acabe deixando de lado o petróleo do pré-sal, sem garantir os dividendos à sociedade destes recursos; ou simplesmente o exporte, sem agregar valor algum, por falta de tempo e planejamento.

Guilherme Eduardo Zerbinatti Papaterra é mestre em Geologia, Especialista em Regulação de Petróleo e Gás Natural.

Luís Eduardo Duque Dutra é doutor em economia pela Universidade de Paris, professor adjunto da Escola de Química - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 17/12/2018**

**Seção: Empresas**

**Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia**

**Título: Entidades questionam prazo de consulta do MME**

Distribuidoras e geradoras de energia questionaram o pequeno prazo concedido pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para o recebimento de contribuições na consulta pública aberta para discutir a redução do limite de migração para o mercado livre. Surpreendidas pelo lançamento da consulta neste momento e também pelo prazo de uma semana estabelecido para a coleta de contribuições, três entidades do setor solicitaram à pasta a extensão do prazo para o envio de sugestões.

Em carta conjunta enviada ao ministro de Minas e Energia, **Moreira Franco**, à qual o Valor teve acesso, a Abradee (distribuidoras), Abragel (geradoras) e Apine (produtores independentes) solicitaram a postergação do prazo do envio de contribuições, de hoje para sexta-feira.

A proposta prevê a redução do limite mínimo de carga do consumidor para migrar ao mercado livre, atualmente de 3 megawatts (MW), para 2,5 MW.

Ainda não há dados indicando o grau do impacto da mudança para o setor elétrico.

Com a medida, tecnicamente, a intenção do governo é liberar mais lastro de energia incentivada (produzida por eólicas, usinas solares, de biomassa e PCHs) para o mercado livre. Hoje, consumidores com carga entre 0,5 e 3 MW podem contratar energia no mercado livre desde que sejam projetos de energia incentivada. Há, porém, uma escassez de lastro desse tipo de fonte no mercado. Com a mudança proposta pelo governo, na prática, o consumidor com carga acima de 2,5 MW poderá contratar energia de qualquer fonte.

Na carta enviada ao ministro, as três entidades lembram que a discussão sobre a abertura do mercado livre foi tema de consulta pública anterior já realizada pelo ministério e que o assunto está sendo analisado pelo Congresso.

"Diante de tal intensidade de participação, que demonstra a profundidade do tema e o alto nível de impacto para os agentes, entendemos ser exíguo o prazo de sete dias para a manifestação quanto à minuta de portaria que dá início ao processo de abertura do mercado", disseram as associações na carta. "Com o objetivo de prover elementos que aprofundem a análise do impacto da abertura de mercado, as associações Abradee, Abragel e Apine solicitam que a consulta tenha seu fim prorrogado até 21 de dezembro de 2018".

Em evento realizado na última semana, pelo escritório Demarest Advogados, no Rio, o presidente da Abradee, Nelson Leite, criticou a portaria do MME. "É no mínimo estranho, uma consulta pública com um prazo de uma semana. É um assunto que precisa de discussão com toda a sociedade. Isso poderia ser discutido em janeiro. Não é assunto para ser discutido no apagar das luzes", afirmou.

Já a consultoria Thymos Energia considerou como positiva a abertura de consulta pública. Segundo Sami Grynwald, gerente da Thymos, a portaria é um primeiro passo importante para a abertura do mercado e não causará impactos negativos. "O movimento estimado é de que apenas alguns consumidores, que já estão no ambiente de contratação livre na categoria especiais, passem a integrar a categoria livres com a alteração das cargas mínimas", disse o especialista, em nota.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 17/12/2018****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques - Empresas**

### Projeção da CSN

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) divulgou na sexta-feira comunicado informando que projeta lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de cerca de R\$ 7 bilhões para 2019. A companhia, que atua na produção de aço, mineração de ferro, fabricação de cimento, em logística e geração de energia, esclareceu que a informação divulgada representa uma estimativa e que a mesma está sujeita a fatores de mercado.

### Lançamentos da Gafisa

A Gafisa está encerrando 2018 com lançamentos de R\$ 750 milhões, abaixo do Valor Geral de Vendas (VGV) de R\$ 1 bilhão estimado. Segundo a presidente da companhia, Ana Recart, dois projetos deixaram de ser apresentados por questões de "produto e mercado", e não houve nenhum cancelamento de lançamentos desde que assumiu o cargo em setembro. No ano, até setembro, foram lançados R\$ 609 milhões, alta de 31,5% sobre um ano atrás. Para 2019, a meta é de VGV semelhante ao deste ano, mas a intenção é ir além, disse a executiva. Os lançamentos devem ter início no segundo trimestre e se concentrar de julho em diante. O foco continua na área residencial em São Paulo.

### Glencore no Canadá

Mineradora controlada pela Glencore mais alguns de seus atuais e ex-diretores e executivos concordaram em pagar mais de US\$ 22 milhões para encerrar as alegações de autoridades canadenses de que esconderam os riscos de fazer negócios com o polêmico empresário israelense, Dan Gertler, ligado ao presidente congolês, Joseph Kabila, disse fonte próxima. Acordo com a Ontario Securities Commission (OSC), regulador do mercado de capitais do país, e a Katanga Mining, listada em Toronto, relaciona-se a negócios da empresa no Congo de 2014 a 2016.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 17/12/2018****Seção: Empresas****Autor: Camilia Maia****Título: Falta de eficiência abre espaço para Indra no país**

Se antes a tecnologia empregada no setor elétrico se limitava à geração de diferenças de potencial elétrico e sua transformação em corrente, as exigências cada vez maiores dos consumidores e a entrada de novas fontes mudaram bruscamente o cenário. A Indra, gigante espanhola da área de tecnologia da informação, dobrou o volume de negócios na área de energia no Brasil neste ano, e vê oportunidades cada vez maiores para implementar suas soluções nas distribuidoras de energia.

"As distribuidoras têm um desafio grande que é a gestão da operação. Sem gestão eficiente, perdem dinheiro e têm problemas com consumidores", disse Marcelo Bernardino de Souza, diretor-executivo da área de energia no Brasil.

Desde o começo do ano, a Indra trouxe para o Brasil a Minsalt, braço de transformação digital, que tem como um de seus principais focos a busca de oportunidades de negócios com o setor elétrico, por meio de soluções próprias e também pela prestação de serviços.

O setor de energia ainda não representa fatia significativa do faturamento do grupo. Com receita de € 3 bilhões no mundo, a divisão de energia e utilities fatura anualmente cerca de € 300 milhões, disse Leonardo Benítez, diretor global dessa área dentro da Minsalt.

A companhia não abre os números no Brasil, mas a proporção é semelhante. De acordo com Souza, a área representa perto de 15% do faturamento no Brasil. A expectativa é de alta. "O setor está mudando muito e as mudanças estão baseadas em tecnologia. São energias renováveis, mudanças na demanda, veículos elétricos", disse Benítez.

Motivada com o país diante da expectativa de crescimento, a Indra contratou neste ano quase 500 funcionários para atuar em desenvolvimento de tecnologia

e soluções para o setor. No total, a empresa tem 6.500 funcionários no país em todas as áreas de atuação.

Além do desenvolvimento tecnológico, que exige que as empresas invistam para manter a competitividade e ganhar eficiência, os movimentos de consolidação e privatização do setor de distribuição de energia contribuem para as expectativas da Indra.

"Estamos torcendo pela privatização das distribuidoras da Eletrobras. É público como são ineficientes e deficitárias, e não prestam bom serviço. A Eletrobras, ainda como distribuidora pública, é nossa cliente, mas os sistemas instalados lá são obsoletos, e não conseguimos implantar novos porque está tudo parado", disse Souza.

A mudança no controle oferece oportunidades de negócios para a Indra. Duas concessionárias, a Eletroacre e a Ceron (Rondônia), foram arrematadas pela Energisa, que é cliente da Indra. "Já estamos trabalhando em alguma coisa com eles", disse Souza.

Outro exemplo é a Enel, que comprou há pouco mais de seis meses o controle da Eletropaulo. A italiana também é cliente do grupo, no Brasil e no mundo.

"Nosso desafio é acompanhar o crescimento das distribuidoras como parceiros estratégicos de tecnologia da informação e ajudar as áreas de negócios das empresas a ganharem eficiência", disse Souza. Hoje, os negócios da Indra são feitos com as distribuidoras, que oferecem serviços como gestão de consumo, aos clientes. "Mas a intenção é chegar diretamente no cliente por meio da distribuidora."

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 17/12/2018

**Seção:** Finanças

**Autor:**

**Título:** Destaques - Finanças

## BMG reavalía IPO

O banco mineiro BMG define hoje o preço de sua oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). Com demanda menor que o esperado, o preço deve ficar no piso da faixa indicativa, que é de R\$ 11 a R\$ 14 por ação. Conforme duas

fontes, os controladores avaliam se vale a pena suspender a operação e concretizá-la somente em 2019, mas os bancos coordenadores seguem tentando alcançar o volume de captação até o fim do dia. Os coordenadores são J.P. Morgan, Itaú BBA, Brasil Plural, XP Investimentos, Citi e BB Investimentos. O outro IPO anunciado este trimestre, da companhia de tecnologia Tivit, também encontra dificuldade de demanda e deve ser adiado para o próximo ano. (Maria Luíza Filgueiras)

#### Debênture da Diamantina

A Fitch atribuiu rating "AAA" à primeira emissão de debêntures da Empresa Diamantina de Transmissão de Energia. O título, no montante de R\$ 315 milhões, será emitido em série única, com vencimento em 2028. As controladoras do projeto, Alupar e Taesa, garantem, na proporção de 50,01% e 49,99%, respectivamente, o pagamento total do principal e dos juros das debêntures até o seu vencimento final. A remuneração será equivalente ao retorno pago pela NTN-B com vencimento em 2028 acrescida de até 0,50% ao ano. (Silvia Rosa)

#### Inquérito da Gradual

O Banco Central prorrogou por 90 dias, a contar de 26 de dezembro, o prazo para a conclusão do inquérito sobre a Gradual Corretora. O BC decretou a liquidação extrajudicial da Gradual em maio, citando "graves violações" às normas legais, além de comprometimento econômico-financeiro. Além disso, o BC designou Maria Cláudia Garcia como presidente e Jonas de Oliveira Júnior como relator da comissão que vai liderar o inquérito sobre a Walpires SA Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários. Eles terão 120 dias para a conclusão dos trabalhos. A Walpires teve liquidação extrajudicial decretada em outubro, devido ao comprometimento da situação patrimonial e de liquidez, além de violações às normas legais. (Álvaro Campos)

#### Banco estrangeiro nos EUA

O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos propôs novas regras para implementar uma parte da legislação de reforma tributária aprovada no ano passado. As regras detalham como as empresas devem calcular o Imposto de Erosão da Base e Anti Abuso (Beat, na sigla em inglês). Segundo a proposta do Tesouro americano, os bancos estarão isentos de pagar imposto sobre juros para atender uma regulação que exige que essas instituições mantenham títulos de dívida de longo prazo nas suas reservas. (Agências internacionais)

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 17/12/2018****Seção: Brasil****Autor: Estevão Taia e Hugo Passarelli****Título: Para analistas, atividade iniciou o 4º trimestre com pequena queda**

A economia brasileira iniciou o quarto trimestre do ano em um ritmo fraco, com desempenhos decepcionantes no comércio, na indústria e nos serviços. Com isso, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) deve cair 0,12% em outubro, em relação a setembro, feito o ajuste sazonal, de acordo com a média de 23 projeções realizadas por consultorias e instituições financeiras. Em setembro, dado que será revisado pelo BC, o indicador caiu 0,09% em relação a agosto. Na comparação com outubro do ano passado é esperada alta de 2,34%.

O IBC-Br é calculado a partir de indicadores de produção da indústria, serviços (comércio incluído) e agropecuária e é considerado uma antecipação do Produto Interno Bruto (PIB), embora as metodologias sejam bastante distintas. As projeções variam de queda de 0,5% a alta de 0,20%.

A Parallaxis espera recuo de 0,2% em relação a setembro no dado, que será divulgado hoje. O cálculo se baseia nos fracos resultados das pesquisas de Indústria, Comércio e Serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os serviços tiveram alta de 0,1% no volume, enquanto o varejo restrito teve queda de 0,4% e o ampliado de 0,2% no período. O varejo ampliado inclui vendas de automóveis e materiais de construção.

Já a Produção Industrial Mensal Produção Física (PIM-PF) cresceu apenas 0,2%, depois de três quedas seguidas, inclusive um recuo de 1,8% em setembro. "Todos [os números de outubro] vieram abaixo do esperado pela grande maioria" das consultorias e instituições financeiras, diz o economista-chefe da consultoria, Rafael Leão. Para o ano, ele calcula um crescimento de 1,1% do IBC-Br.

Nos serviços, que têm demorado mais a engatar uma recuperação, Leão disse que a "boa notícia" é que o setor deve terminar o ano estagnado. Nos 12 meses até outubro, enquanto varejo e indústria apresentam números positivos, os serviços ainda caem 0,2%. O economista destaca o segmento de transportes, muito prejudicado pela greve dos caminhoneiros em maio. "Os transportes vêm

apresentando bons números por causa da recuperação econômica, ainda que ela seja incipiente", diz. A lentidão da retomada do mercado de trabalho e na desalavancagem das empresas emperram uma recuperação mais rápida do setor, diz. Ele estima que o volume dos serviços deva crescer 1% em 2019.

A 4E Consultoria estima queda de 0,3% para o IBC-Br. A fraqueza da indústria, comércio e serviços no mês de outubro reforça o cenário de alta volatilidade da atividade verificado desde a greve dos caminhoneiros, afirma a economista Giulia Coelho. Mas em 2019, com certa recuperação do emprego e do consumo, a economia deve andar mais rápido, diz.

A despeito de alguns indicadores fracos de outubro, algumas instituições não revisaram suas projeções para o PIB do trimestre. É o caso do Banco Safra que manteve a estimativa de crescimento de 0,5% no último trimestre, sobre o terceiro, feito o ajuste sazonal.

Numa conta mais abrangente, o PIB mensal Itaú Unibanco cresceu 0,6% em outubro ante setembro, feito o ajuste sazonal. Na comparação com outubro do ano passado, cresceu 2,1%.

Dentre os treze componentes do PIB mensal, sete avançaram. As maiores altas foram observadas na indústria extrativa (3,6%), e no setor de energia e saneamento (2,7%). Dentre os componentes que recuaram, destaque para a construção civil, que apresentou queda de 1,7%. Pela ótica da demanda, tanto o indicador de investimentos quanto o de consumo das famílias ficaram estáveis em outubro ante setembro. Para novembro, a estimativa **preliminar é de crescimento de 0,5% sobre outubro. (Colaborou Ana Conceição)**

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 17/12/2018

**Seção:** Empresas

**Autor:** André Ramalho e Rodrigo Polito

**Título:** Félix pode ir do MME para estatal capixaba de gás

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Félix, admitiu que existe a possibilidade de presidir a recém-criada distribuidora de gás natural do Espírito Santo, a ES-Gás. A lei que cria a empresa foi sancionada

na semana passada pelo governador do Estado, Paulo Hartung. O Espírito Santo tem 51% de participação, em sociedade com a BR Distribuidora (49%).

"Existe essa possibilidade [de assumir a presidência da ES-Gás]", disse Félix a jornalistas na sexta-feira. Ele explicou que contribuiu nos processos necessários para a criação da ES-Gás. "Eu ajudei na criação da companhia."

Segundo Félix, a definição sobre uma possível ida para a ES-Gás acontecerá "nos próximos dias". Existe ainda a possibilidade de ele ocupar um cargo no conselho de administração da companhia.

A criação da ES-Gás põe fim a uma disputa em torno do contrato de concessão da distribuidora capixaba de gás natural do Estado, a BR-ES, e permite que a BR Distribuidora coloque à venda, no futuro, sua parte no ativo.

O contrato de concessão da BR-ES, controlada 100% pela BR, era alvo de contestação por parte do governo capixaba. A BR Distribuidora firmou contrato de concessão de distribuição de gás com o governo do Estado, sem licitação, em 1993, com vigência até dezembro de 2043. Em 2015, contudo, a Assembleia Legislativa do Estado Espírito Santo aprovou uma lei, proposta pelo Executivo, que previa a anulação do contrato, mediante o pagamento de indenização.

A legislação fixava um prazo de dois anos para que a concessão fosse licitada ou que o governo do Estado assumisse o serviço mediante a constituição de uma estatal. Em 2016, em meio à disputa, a BR Distribuidora e o governo estadual, no entanto, assinaram um memorando de entendimentos em que as partes se comprometiam a unir esforços para estudar a criação de uma sociedade de economia mista para exploração dos serviços de gás canalizado no Estado.

Ainda de acordo com a lei, a ES-Gás só poderá ser criada a partir de 1º de janeiro de 2019. A criação da empresa será precedida de acordo judicial a ser celebrado pelas partes perante o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos (Nupemec), do Tribunal de Justiça (TJES). Uma vez criada, a nova estatal será vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento (Sedes) e submetida à fiscalização da Agência de Regulação de Serviços Públicos (Arsp).

Com a criação da sociedade mista, a BR pode avançar com seu plano de vender o ativo. Em entrevista ao Valor, em março, o diretor executivo de Mercado Consumidor da BR, Gustavo Couto, já havia dito que a empresa poderá, no

futuro, vender sua participação na distribuidora de gás. Na época, o diretor afirmou que a empresa não tinha o objetivo de crescer em distribuição de gás.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 17/12/2018

**Seção:** Finanças

**Autor:** Maria Heloisa Filgueiras e Camila Maia

**Título:** AES Tietê contrata bancos para oferta

A empresa de energia AES Tietê já começou a contratar o consórcio de bancos que fará sua oferta subsequente de ações (follow-on) entre janeiro e fevereiro. Os bancos Itaú BBA, Bradesco BBI, Goldman Sachs e BTG Pactual serão coordenadores, apurou o Valor.

A companhia pretende captar entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões em uma emissão primária. O objetivo da operação é principalmente pagar a aquisição de Alto Sertão III, projeto da Renova para o qual a AES fez proposta há duas semanas, e ter capital para continuar o projeto.

A americana AES, que tem 61,57% das ações ordinárias (ON) e 24,28% do capital social da AES Tietê, deve subscrever o correspondente à sua participação na capitalização, a fim de não ser diluída. A acionista considera que o preço das ações está baixo. O mesmo não é esperado do BNDES, que tem hoje 14,4% das ordinárias e 37,4% das preferenciais, somando 28,33% da AES Tietê. Segundo fontes, o banco queria aproveitar a operação para fazer uma oferta secundária e sair da companhia, mas o preço atual das ações é um empecilho para isso.

Também com follow-on mas já em finalização, a Companhia de Locação das Américas (Unidas) comunicou na sexta-feira o preço de R\$ 32 por ação, levantando R\$ 1,4 bilhão. A demanda fez com que os acionistas vendedores elevassem a oferta secundária de 7 milhões para 12 milhões de ações. A oferta primária foi mantida em 31 milhões de ações. Conforme uma fonte, a demanda foi majoritariamente de investidores locais.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 17/12/2018****Seção: Política****Autor: Isadora Peron e Luisa Martins****Título: Em fim de mandato, Temer corre o risco de ser denunciado pela 3ª vez**

Temer: possibilidade de o atual presidente ser preso assim que deixar o Planalto é vista como especulação

O presidente Michel Temer (MDB) deixará o comando do país em 1º de janeiro e, automaticamente, perderá o direito ao chamado foro privilegiado. Com isso, os quatro processos que responde hoje no Supremo Tribunal Federal (STF) serão enviados a outros tribunais. Na reta final do seu mandato, porém, ainda corre o risco de ser denunciado, pela terceira vez, pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Já a possibilidade de Temer ser preso assim que deixar o Palácio do Planalto é vista como especulação pelo entorno de Temer, inclusive por integrantes da área jurídica. Eles comparam o caso do emedebista com o do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que só foi preso após ser condenado em segunda instância, isto é, depois de o Tribunal da Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) confirmar a sentença do então juiz federal Sergio Moro na ação penal sobre o triplex no Guarujá.

A avaliação é que um pedido de prisão preventiva de Temer agora seria extemporâneo, pois os fatos investigados ocorreram em outros anos, e que seriam necessários elementos para corroborá-lo, como uma eventual prova de que o emedebista atua para obstruir o avanço das apurações.

Em relação aos processos que tramitam no STF, há duas denúncias e dois inquéritos. A terceira denúncia contra Temer é esperada no inquérito dos portos. Interlocutores da PGR e de Temer não descartam a possibilidade de que isso aconteça ainda este ano.

O relatório final apresentado pela Polícia Federal (PF) indiciou o atual presidente e mais dez pessoas por integrarem um suposto esquema para

favorecer empresas específicas na edição de um decreto, em 2017, sobre o setor portuário.

Caso a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, decida denunciá-lo no apagar das luzes de 2018, não haverá tempo hábil para que o processo seja analisado pela Câmara dos Deputados, como aconteceu nas outras duas vezes. Isso, no entanto, fará com que o inquérito seja enviado à primeira instância com outro status.

Também pesa contra Temer a suspeita de ter intermediado repasses ilegais da Odebrecht ao MDB. O inquérito se refere a um jantar no Palácio do Jaburu em maio de 2014 em que, segundo delatores, Temer acertou um pagamento à legenda de R\$ 10 milhões com executivos da empreiteira. Para a PF, há indícios de corrupção passiva e lavagem de dinheiro por parte de Temer.

Em setembro, Dodge decidiu não denunciar o presidente e deixar o caso parado até o fim do mandato. A grande preocupação da PGR, neste momento, é que esse inquérito seja enviado à Justiça comum e não para a esfera eleitoral o que, nas palavras de integrantes da PGR, poderia enterrar a investigação.

Em manifestação enviada ao STF, Dodge pediu que a parte do processo que envolvia os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e **Moreira Franco** (Minas e Energia) fosse encaminhada à Justiça Federal do Distrito Federal.

Não foi isso, porém, que definiu o relator do caso no Supremo, o ministro Edson Fachin. Ele encaminhou o processo para o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

A PGR recorreu da decisão, mas ainda não há uma definição sobre o caso - e nem deve haver até o ano que vem, porque a última sessão da Segunda Turma do Supremo, onde o recurso deveria ser analisado, está marcada para amanhã - a partir de quinta-feira, o Judiciário entra em recesso.

Já as duas denúncias que foram barradas no ano passado pela Câmara dos Deputados devem ser enviadas à primeira instância e reativadas a pedido do Ministério Público Federal.

Os processos foram abertos após delações de empresários do grupo J&F, dono da JBS, mas não tiveram seguimento porque a Constituição prevê que é preciso de autorização prévia de dois terços dos deputados federais para processar o presidente da República.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 17/12/2018****Seção: Política****Autor: Luisa Martins e Isadora Peron****Título: Fim do foro privilegiado afetará três ministros**

Com a perda do foro privilegiado a partir de 1º de janeiro, os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil), **Moreira Franco** (Minas e Energia) e Gilberto Kassab (Ciência e Tecnologia) passarão a ser investigados por juízos de primeira instância e não mais pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Uma das primeiras medidas a serem requeridas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no início do ano é a continuidade da tramitação da denúncia contra Padilha, Moreira e o presidente Michel Temer por organização criminosa, devido às delações do grupo J&F. Esse caso deve ficar na Justiça Federal de Brasília.

Ainda em 2017, a acusação foi barrada por decisão da Câmara dos Deputados, que têm prerrogativa constitucional de decidir sobre o prosseguimento ou não de uma investigação envolvendo presidente da República.

Outro inquérito envolvendo o trio de emedebistas é relacionado a um repasse de R\$ 14 milhões da Odebrecht a líderes do MDB, negociado durante um jantar no Palácio do Jaburu em 2014. Há uma impasse travado entre a PGR e o ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava-Jato no Supremo, sobre o destino dessa investigação: se será remetida por completo à Justiça Eleitoral de São Paulo, como quer o magistrado, ou se trechos serão enviados à Justiça comum, conforme defende o Ministério Público.

O ministro da Casa Civil ainda é alvo de um terceiro inquérito da Lava-Jato, também baseado nas colaborações premiadas da Odebrecht. Neste, ele é suspeito de cobrar propina para interferir no processo licitatório para a construção de uma linha da Trensurb, sistema de trens que opera na região metropolitana de Porto Alegre (RS). O caso atualmente está com a ministra Rosa Weber, mas deve ser declinado à Justiça Federal do Rio Grande do Sul.

Contra Kassab, pesa a suspeita de corrupção passiva e falsidade ideológica eleitoral em um inquérito hoje relatado por Alexandre de Moraes, mas que

deve passar a tramitar na primeira instância a partir de 2019. O ministro - futuro chefe da Casa Civil do governador eleito de São Paulo, João Doria - é investigado pelo recebimento de um "mensalinho" de R\$ 350 mil da J&F. O grupo empresarial também teria feito doações às suas campanhas que, embora oficiais, mascaravam a compra de apoio de Kassab para o PT. O cargo no governo Doria não dá ao atual ministro nenhum tipo de foro especial.

Outros inquéritos envolvendo ministros de Estado já foram declinados a instâncias inferiores, desde que, em maio, o plenário do Supremo estabeleceu novas regras para a prerrogativa de foro - só são processados na Corte casos relacionados ao exercício do mandato. É o caso de uma apuração sobre suposta propina da Odebrecht a Kassab, que está na Justiça Federal de São Paulo; e outra relacionada ao ministro Blairo Maggi (Agricultura), na Justiça Federal do Mato Grosso, em que é suspeito de participar de um esquema de venda de cadeiras no Tribunal de Contas daquele Estado.

**MME / ASCOM .**